



Ano Paulo Hirano

Em vez de partida e chegada na Avenida Paulista, este ano o encerramento da prova será no Parque do Ibirapuera

Corrida de São Silvestre: Suplicy critica novo trajeto

O senador Eduardo Suplicy leu em Plenário documento de associação de corredores de rua com restrições ao tra-

jeto alternativo para a prova deste ano. Segundo ele, o público terá que decidir entre assistir à partida ou à chegada. 4

Em Itaipu, comissão debate aquecimento 2

Presidentes do BC e do BNDES vêm ao Senado 3



Waldemir Barreto/Senado Federal

Lei Seca: Ana Amélia aplaude decisão do STF

Senadora Ana Amélia diz que, ao considerar crime dirigir sob

efeito de álcool, Supremo Tribunal Federal reforçou Lei Seca. 4

Senadora chama a atenção para o fato de o STF ter equiparado o ato de dirigir embriagado ao porte ilegal de arma



Waldemir Barreto/Senado Federal

O líder do governo, Romero Jucá, destaca a importância da DRU como instrumento de equilíbrio fiscal

Romero Jucá quer definir prorrogação da DRU este ano

A desvinculação das receitas autoriza o governo a aplicar 20% da arrecadação em programas que julgar prioritários

O líder do governo no Senado, Romero Jucá, fez ontem um apelo ao Congresso para que aprove a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) para 2015. A decisão precisa ser tomada ainda este ano para não interromper a aplicação da DRU em

2012. Duas propostas sobre o tema tramitam no Congresso – uma na Câmara, outra no Senado. A demora na liberação de recursos de emendas parlamentares seria um dos motivos da obstrução da matéria. Jucá assegura, no entanto, que o governo está liberando as emendas. 3



Waldemir Barreto/Senado Federal

Aloysio Nunes: "Estamos andando de lado em relação ao resto do mundo"



Waldemir Barreto/Senado Federal

Vanessa Graziottin: Congresso deve fazer análise crítica do desenvolvimento

Lentidão do Brasil no avanço do IDH preocupa senadores

Aloysio Nunes e Vanessa Graziottin alertaram sobre o crescimento tímido no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O país ocupa a 84ª posição entre 187 países, com o progresso mais modesto entre os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China). 3

Maurício Tolmasquim, da EPE, Pinguelli Rosa (UFRJ) e Celso Manzatto (Embrapa) são os destaques da audiência pública de hoje sobre sustentabilidade da energia hidrelétrica

Comissão promove debate em Itaipu sobre aquecimento

A COMISSÃO MISTA Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) promove hoje audiência pública sobre a sustentabilidade ambiental a partir da geração de energia hidrelétrica. O encontro acontece a partir das 8h30 no Centro de Treinamento da Usina de Itaipu, em Foz do Iguaçu (PR). Participam da abertura o diretor-geral brasileiro da usina, Jorge Samek, e o presidente da comissão, Sérgio Souza (PMDB-PR).

De acordo com o senador, a experiência de Itaipu na geração de energia limpa e renovável e as ações na área de meio ambiente motivaram a escolha da usina para sediar o encontro.

– Vamos debater a influência das mudanças climáticas na geração de energia elétrica,

hidrelétrica ou hidráulica e conhecer programas desenvolvidos na área – explicou Souza.

A mesa-redonda “Energia e mudanças climáticas” contará com Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e Luiz Pinguelli Rosa, diretor do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe-UFRJ).

Após uma caminhada pelo Parque Tecnológico Itaipu (PTI), marcada para as 13h, a comissão retoma o debate às 14h, agora sobre agricultura e mudanças climáticas, com o chefe-geral da Embrapa Meio Ambiente, Celso Manzatto.

Em seguida, serão apresentados o Programa Cultivando Água Boa, com o diretor de

Coordenação da usina, Nelton Friedrich, e a Plataforma Itaipu de Energias Renováveis, com o superintendente de Energias Renováveis, Cicero Bley Jr.

Para Friedrich, a discussão é oportuna porque o aquecimento global representa a maior crise socioambiental da Humanidade. Ele destaca que o Brasil vive uma situação privilegiada – 48% da energia é de fonte renovável, ante 12% da média mundial.

– Isso mostra o quanto o Brasil precisa continuar na matriz de energias renováveis e quanto temos que valorizar nossas ações. O que levou à enfermidade do planeta foi justamente o uso de energias fósseis, contaminantes – afirma. (Com informações de Itaipu Binacional)

Vicentinho: índios e quilombolas devem ser ouvidos

Vicentinho Alves (PR-TO) manifestou ontem sua preocupação com a priorização do agronegócio e a ausência da questão indígena nas discussões sobre o novo Código Florestal. Ele ressaltou que os povos indígenas dependem das nascentes, das matas ciliares e de um cinturão verde nas suas reservas. O senador disse que, ao sobrevoar o Pará e Mato Grosso, o que se vê preservado das florestas é basicamente as áreas indígenas.

– Os roçados dos povos indígenas e dos quilombolas são diferentes da atividade do agronegócio. Então não podemos tratar esses segmentos de forma igual – alertou.

Vicentinho também anunciou a abertura, amanhã, dos Jogos dos Povos Indígenas, na cidade de Porto Nacional (TO). O parlamentar informou que participarão do evento mais



Senador disse que os dois grupos não podem ficar fora da discussão

de 1.400 índios do Brasil e de países das Américas do Sul e Central e lamentou a ausência do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira.

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse, em aparte, que seria importante convidar o presidente da Funai para tratar desses assuntos em alguma comissão da Casa. Vicentinho lembrou que, na Câmara dos Deputados, foi preciso transformar o convite em convocação para que ele comparecesse.



Ônibus de turismo visitam a Usina Hidrelétrica de Itaipu: debate será coordenado pelo senador Sérgio Souza

Comitês de bacias querem manter proteção de APPs

Representantes de comitês de bacias hidrográficas discutem o projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/11) na próxima quinta-feira, na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Documento com as demandas dos comitês para a nova lei florestal também será entregue ao presidente do Senado, José Sarney.

Em encontro nacional dos comitês de bacias, realizado no final de outubro, foi aprovada moção contra a redução das áreas de preservação permanente (APPs) nas margens de rios e contra a regularização generalizada do uso dessas áreas.

O Brasil conta com 180 comitês

de bacias, integrados por usuários locais dos recursos hídricos, organizações da sociedade e representantes das prefeituras e dos governos estaduais e federal. A utilidade das informações reunidas nos comitês para a elaboração do novo código foi ressaltada por Mario Mantovani, diretor de Políticas Públicas da ONG SOS Mata Atlântica, em debate realizado no Senado na segunda-feira.

Para ele, o Senado deve modificar a proposta que veio da Câmara para assegurar a proteção das matas ciliares e evitar gastos resultantes do desmatamento nas margens dos rios.

– Hoje, se gasta muito mais no Brasil com o desassoreamento dos rios do que com saneamento. Isso é uma inversão de valores, porque sai muito caro para toda a sociedade – frisou.

As normas do novo código para APPs nas cidades devem ser discutidas quarta-feira na CMA. Entre os convidados, o secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Carlos Afonso Nobre, para quem o código deveria “incorporar o princípio de salvaguarda da vida humana, além da proteção à biodiversidade, água e solos”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pronunciamentos

9h A sessão plenária não deliberativa é destinada a pronunciamentos de senadores.

CMMC Audiência pública em Itaipu

8h30 A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas realiza audiência pública na Usina de Itaipu, em Foz do Iguaçu (PR), para debater a sustentabilidade ambiental da geração de energia hidrelétrica e seus impactos nas alterações do clima.

Código Penal Reunião da comissão de reforma

14h Reunião administrativa da Comissão de Reforma do Código Penal com membros da Subcomissão de Crimes e Penas da Câmara dos Deputados.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por João Ribeiro • Ana Amélia

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



“Na melhor das hipóteses, andamos de lado”, afirma o senador, ao comentar estatísticas

Aloysio Nunes diz que avanço do IDH brasileiro é lento

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) comentou o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) – divulgado quarta-feira pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). De acordo com o relatório, o IDH do Brasil avançou de 0,715 em 2010 para 0,718 em 2011 e o país ocupa a 84ª posição entre 187 países.

– Não estamos mal, mas caminhamos muito lentamente para nos tornarmos um país realmente bom para se viver – lamentou o senador.

O IDH varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O índice mede as realizações em saúde, educação e renda. Aloysio comentou que os dados mostram que a desigualdade de renda continua sendo “uma chaga terrível” e que “o nível educacional dos brasileiros é vergonhoso”. Para o senador, o discurso do governo de que a desigualdade diminuiu no país é exagerado.

– Na melhor das hipóteses, andando de lado em relação ao resto do mundo – disse.



A senadora ressalta que, entre os Brics, o Brasil apresenta o crescimento mais modesto

Vanessa Grazziotin defende análise crítica do desenvolvimento

Sobre o pequeno avanço do Brasil no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do 85º para o 84º lugar, entre 187 países, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que o Congresso deveria fazer uma análise crítica permanente do processo de desenvolvimento econômico e social. Ela assinalou que, entre os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China), o Brasil obteve progresso mais modesto.

Vanessa disse que o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) cita o Brasil com muita frequência devido aos programas de combate à pobreza e à miséria. Os destaques foram Curitiba, pelo seu bom planejamento urbano; Brasília, por ter atendido 98% da população com saneamento básico; e Manaus, pelos programas que levaram esgoto a 15 mil residências em favelas localizadas sobre igarapés. A senadora também comentou reportagem da revista *Veja* intitulada “Cidades, o grande salto do Brasil urbano”, em que são listadas as melhores e as piores cidades brasileiras com até 200 mil habitantes.

A Desvinculação de Receitas da União foi criada em 2000 e o governo federal defende sua prorrogação por se tratar de instrumento que lhe dá liberdade para alocar 20% dos recursos orçamentários

Jucá pede esforço do Senado para votar prorrogação da DRU ainda este ano

O LÍDER DO governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse acreditar que o Congresso aprovará o projeto que prorroga por quatro anos a Desvinculação de Receitas da União (DRU). A decisão precisa ser tomada ainda este ano, para não interromper sua aplicação em 2012. Jucá pediu esforço dos senadores para aprovar a matéria.

A DRU, que já foi prorrogada por duas vezes desde a sua criação, em 2000, autoriza o governo a aplicar 20% da arrecadação de impostos e contribuições em programas que julgar prioritários.

– Acredito [na aprovação] porque é [um mecanismo] fundamental para o país. É preciso um esforço do Senado para aprovar a matéria até o fim do ano porque se trata de um instrumento importante de equilíbrio fiscal – disse Jucá.

São duas as propostas de emenda à Constituição (PECs) em tramitação no Congresso prevendo a prorrogação da DRU até 2015. A PEC 61/11 – com tramitação mais avançada – está na Câmara dos Deputados. A expectativa é de que a votação, em primeiro turno, no Plenário daquela Casa, deverá ocorrer na semana que vem. A intenção do governo é que a proposta seja aprovada até 23 de novembro, seguindo então para o Senado.

Já a PEC 87/11, que tramita no Senado, ainda precisa ser votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)



Romero Jucá argumenta que a DRU é fundamental para garantir o equilíbrio fiscal

antes de seguir para o Plenário. Apresentada por Jucá, é semelhante à da Câmara: mantém os termos da redação atual da DRU apenas prorrogando sua validade, o que significa que a desvinculação não reduz a base de cálculo das principais transferências constitucionais aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

A demora na liberação de recursos de emendas parlamentares é apontada como uma das razões para a obstrução na Câmara, mas Jucá garantiu que “as emendas estão sendo liberadas pelo governo”.



Legislativo deve adotar agenda positiva contra inibição de investimentos, diz Wilson Santiago

Wilson Santiago alerta para queda na produção industrial

Wilson Santiago (PMDB-PB) fez um alerta ontem para a queda de 2% na produção industrial, em consequência do agravamento da crise internacional e da diminuição dos investimentos em equipamentos tecnológicos no país em 2011. O senador lembrou que tais investimentos chegaram a crescer a taxas de até 12% em anos anteriores.

– Não poderemos falar em desenvolvimento brasileiro sem avançarmos na tecnologia e também na educação tecnológica. É impossível pensar em êxito na economia sem considerar a necessidade do progresso técnico – disse.

Para ele, a criação, pelo governo, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), dará ao país condições de aperfeiçoamento de mão de obra e poderá evitar que jovens entre 18 e 24 anos fiquem sem estudar e sem trabalhar.

O parlamentar também lembrou projeto de sua autoria (PLS 186/11) que determina o aproveitamento de pelo menos 40% do espaço físico de escolas públicas estaduais e municipais para qualificação de alunos do ensino médio.



A rodovia era fechada nos períodos de chuva porque se tornava intransitável, explica o senador

Jorge Viana celebra abertura permanente da BR-364 no Acre

Jorge Viana (PT-AC) comemorou ontem o anúncio feito no final do mês passado pelo governador Tião Viana informando que a BR-364, que liga todas as regiões do estado, não será mais fechada no período de chuvas – conhecido como inverno na região amazônica – por se tornar intransitável nos trechos não asfaltados.

Agradecendo as importantes contribuições de diferentes governos para a implantação de rodovias no Acre – desde Fernando Henrique Cardoso até o governo Lula, que investiu na construção de várias pontes na BR-364 – Jorge Viana lembrou as grandes dificuldades enfrentadas na construção da rodovia, tais como a falta de pedra brita, que fez com que esse insumo fosse transportado por mais de 4 mil quilômetros até os canteiros de obras.

O senador também protestou contra a demora na construção da última ponte da BR-364, sobre o rio Madeira, e encaminhou requerimento à Mesa do Senado pedindo informações ao Ministério dos Transportes sobre o processo licitatório da ponte bem como sobre as previsões de início e conclusão da obra.

Presidentes do Banco Central e do BNDES deverão ser ouvidos na próxima semana

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) cumprirá intensa agenda de audiências na próxima semana, com quatro debates em dois dias. Entre os eventos, há reuniões com os presidentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, e do Banco Central (BC), Alexandre Tombini.

O presidente do BNDES é esperado na terça-feira, às 10h, para tratar de temas que incluem operações financeiras do banco com o Grupo JBS, um dos maiores frigoríficos do país. Autor do requerimento, Demóstenes Torres (DEM-GO) quer saber por que o banco emprestou dinheiro para o JBS adquirir frigoríficos no exterior. Da pauta com Luciano Coutinho também constam, entre outros temas, o Plano Brasil Maior e a política industrial do banco.

À tarde, ainda na terça, a partir das 14h, a CAE realiza a segunda rodada de debates sobre as renovações das concessões do setor elétrico, em reunião

conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Delcídio do Amaral (PT-MS), que preside a CAE, informa que em 2015 venceram contratos de geração que representam cerca de 20% da capacidade instalada no país.

A agenda da quarta-feira será aberta às 9h, com debate sugerido pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) sobre o endividamento da população brasileira. Estão convidados o economista Raul Velloso e representante do BC.

Tombini

Também na quarta, a partir das 15h, os senadores participam de debate com o presidente do BC, Alexandre Tombini. Nesse caso, trata-se da audiência semestral realizada em conjunto com outras comissões do Congresso, para avaliação do cumprimento das metas das políticas monetária, creditícia e cambial. A reunião será no plenário 2 da Câmara dos Deputados.



Presidente do BC, Alexandre Tombini falará na quarta sobre políticas monetária e cambial



Luciano Coutinho, presidente do BNDES, debate na terça o Plano Brasil Maior, entre outros temas

Com base em parecer do ministro Ricardo Lewandowski, o Supremo julgou que dirigir embriagado é crime sujeito a sanção penal mesmo que o condutor não provoque acidente

Ana Amélia aplaude decisão do STF de revalidar Lei Seca

ANA AMÉLIA (PP-RS) aplaudiu a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de reafirmar a validade da Lei Seca (Lei 11.705/08) ao considerar que o motorista que dirige embriagado comete crime sujeito a pena de detenção, mesmo que não cause acidente.

O relator da ação no STF, ministro Ricardo Lewandowski, comparou o ato de dirigir embriagado ao porte ilegal de arma. Com isso, a aplicação da lei exclui a "necessidade de exposição de dano potencial", ou seja, mesmo que o motorista alcoolizado não exponha outros a perigo, estará, comprovadamente, cometendo delito sujeito a sanção penal.

Pela lei, a pena por dirigir embriagado vai de seis meses a três anos de detenção, multa e suspensão ou proibição de obter a habilitação para dirigir.

O julgamento do STF, avaliou a senadora, mostra que o Brasil

tem leis boas e só precisam ser aplicadas.

– Basta que seja aplicada a lei existente para que tiremos das ruas essa ameaça que foi muito bem comparada pelo ministro Lewandowski ao porte de arma de fogo, quando disse: "um motorista não precisa matar nem ferir ninguém para cometer um crime, mas colocar em risco a vida de outras pessoas já é suficiente para que essa pessoa se explique perante a lei e a sociedade" – comentou.

Parlasul

Ana Amélia também relatou a reunião do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai, no início da semana, a primeira realizada este ano para discutir o regimento interno. Os encontros do Parlasul têm sido inviabilizados por falta de acordo a respeito da representação dos pequenos países, especialmente o Uruguai, explicou.

De acordo com a senadora, a Representação Brasileira, chefiada por Roberto Requião (PMDB-PR), apresentou proposta de regimento para resolver os problemas apontados pelo Uruguai, que se sente sub-representado desde que o número de integrantes das representações passou a ser definido também com base em critério populacional.

– A atitude política do senador Roberto Requião foi de delegar aos uruguaios a decisão para a feitura desse regimento interno, que o Brasil vai subscrever assim como eles quiserem. Foi uma atitude de alto alcance político – avaliou.

Ana Amélia também alertou ministérios, governos estaduais e prefeituras para a existência de recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Há dinheiro para projetos viáveis visando à redução de assimetrias, disse.



Decisão do tribunal deu força a operações contra motoristas alcoolizados



Ana Amélia relata proposta do Brasil em reunião do Parlamento do Mercosul

Programa sobre pioneiro do rádio vai ao ar hoje

A Rádio Senado transmite hoje, às 18h, a reportagem especial "Com fé na ciência: padre Landell de Moura, o pioneiro do rádio", sobre a vida do padre gaúcho Roberto Landell. O programa mostra que, apesar de pouco conhecido, o padre foi pioneiro ao transmitir a voz humana em experimentos e demonstrações públicas. A reportagem terá reprises amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h. O áudio também ficará disponível na internet.

Jucá anuncia criação de rede para produção de remédios anticâncer

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou ontem que o governo criou a Rede Nacional de Desenvolvimento e Inovação de Fármacos Anticâncer (Redefac). Segundo Jucá, a rede é uma ação do Ministério da Saúde e do Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES).

O senador informou que a Redefac vai incentivar o desenvolvimento de tecnologias terapêuticas inovadoras, estimular a competitividade da indústria brasileira e diminuir a dependência de empresas estrangeiras. De acordo com ele, a iniciativa significa a entrada do Brasil na produção de tratamen-

tos inovadores e de remédios biológicos, que não atacam as células saudáveis do paciente.

A rede também vai propor a capacitação de profissionais da oncologia, além de incentivar a transferência de tecnologia de tratamento para o Brasil. Jucá disse que o Ministério da Saúde já fechou uma parceria com Cuba, que busca a transferência de tecnologia para o desenvolvimento de sete remédios contra o câncer.

O parlamentar voltou a manifestar solidariedade com o ex-presidente Lula, que está em tratamento contra o câncer.

– Todo o país tem orado pelo ex-presidente Lula.

Requião: Uruguai terá a presidência do Parlasul

Roberto Requião (PMDB-PR), que atualmente preside o Parlasul – integrado por parlamentares dos países do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) – informou ontem que o Uruguai será o próximo país a assumir a presidência daquele parlamento, com a missão de redigir um regimento interno para a instituição.

O senador informou que, na mais recente reunião, no Uruguai, ficou agendada a leitura do regimento para o próximo dia 15, enquanto a posse de 37 parlamentares brasileiros ficou marcada para o dia 29. A presidência é exercida de forma alternada pelos quatro países.



Senador lamenta recusa da Câmara em enviar um assessor ao Uruguai

Requião disse que considerou desagradável a recusa da Câmara dos Deputados para que um assessor fosse ao Uruguai. Ele informou que encaminhará consulta ao presidente do Congresso, José Sarney, para esclarecer se o Parlasul é independente ou subordinado ao funcionalismo da Câmara.

Suplicy defende renda básica de cidadania

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou ontem a importância da renda básica de cidadania. A Lei 10.835/04, da qual ele é autor, é a primeira lei que institui a renda básica de cidadania no mundo.

Suplicy lembrou que foi o ex-presidente Lula que sancionou a lei, em janeiro de 2004. Segundo o senador, o discurso de Lula na sanção mostrou que o Programa Bolsa Família seria o estágio inicial em direção à implementação da renda básica de cidadania.

– Está na hora de pensarmos na realização da renda básica de cidadania – disse Suplicy.

Ele também elogiou



Suplicy é autor da primeira lei de renda básica de cidadania no mundo

Cristovam Buarque (PDT-DF) e o ex-prefeito de Campinas (SP) José Roberto Magalhães Teixeira como pioneiros de programas de transferência de renda. Quando foi governador no Distrito Federal (1995–1998), Cristovam implantou um programa condicionado à frequência escolar das crianças.

Rollemberg lembra o pai e nomes do Partido Socialista

No dia seguinte ao de Finados, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) homenageou, em Plenário, seu pai, Armando Leite Rollemberg (1921–1994), que foi ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Também lembrou o ex-ministro da Saúde e ex-senador Jamil Haddad (1926–2009) e o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes (1916–2005) – que integraram o PSB.

O parlamentar disse que seu pai foi "um exemplo de muita retidão, de muita correção, de muita bondade", tendo sido chefe de polícia, em Sergipe, deputado estadual e deputado



Senador rememora convivência com Miguel Arraes e Jamil Haddad

federal por vários mandatos até chegar a ministro do STJ.

Rollemberg se disse honrado de ter sido chefe de gabinete de Jamil Haddad. Sobre Arraes, lembrou que o ex-governador dizia não fazer sentido desenvolver tecnologias que desempregassem as pessoas.

Senador critica mudança no trajeto da São Silvestre

Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou a decisão dos organizadores da Corrida Internacional de São Silvestre, realizada todo dia 31 de dezembro na capital paulista, de trocar o percurso da prova.

O senador informou que 300 pessoas participaram da corrida preliminar, ocorrida na quarta-feira, para pedir a manutenção do trajeto original – com largada na Avenida Paulista, passando pela Avenida Brigadeiro Luís

Antônio e retorno ao ponto de partida. Pelo trajeto alternativo, o encerramento seria próximo ao Parque do Ibirapuera.

A mudança teria ocorrido, segundo a Associação de Treinadores de Corridas de Rua de São Paulo, por falta de estrutura da avenida para a dispersão dos atletas que, devido à festa de Réveillon, tem ocorrido alguns quarteirões adiante do ponto de chegada. A mudança tem

sido contestada por atletas, treinadores, profissionais de saúde, organizadores de eventos e especialistas em meio ambiente. Os argumentos vão dos riscos aumentados de lesões ao aviltamento da tradição de uma das competições esportivas mais antigas do Brasil.

– Pelo novo formato, o público que assiste à prova terá de optar entre ver a largada ou a chegada.



Senador repercute reclamação de participantes contra trajeto alternativo